

A ABORDAGEM SOBRE “SAÚDE” NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

José Augusto Dalmonte Malacarne ¹, Daniella de Brito Alexandria ², Pedro Henrique Melo de Carvalho ³, Alexandre Palma ⁴,

¹ Mestrando em Educação Física pelo Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Graduada em Educação Física pela Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Graduando em Educação Física pela Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ Doutor em Saúde Pública. Professor da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Correspondência para: ze_malacarne@hotmail.com

Submetido em 18 de novembro de 2020

Primeira decisão editorial em 25 de fevereiro de 2021.

Segunda decisão editorial em 01 de abril de 2021

Aceito em 08 de junho de 2021

RESUMO

A educação física é um campo do conhecimento e de atuação profissional que pode atender às demandas sociais da saúde. Contudo, o modo como os currículos operam estas questões pode variar desde uma abordagem biomédica até aquela afeita ao campo da Saúde Coletiva. O objetivo deste estudo foi analisar de que modo a Saúde é abordada nos currículos dos cursos de educação física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como se a noção de Saúde Coletiva se faz ou não presente. Para tanto, apropriou-se da metodologia qualitativa exploratória com a técnica de análise crítico-documental de informações presentes no endereço eletrônico da instituição. Os Projetos Políticos Pedagógicos vigentes são do ano de 2007, e se verificou que não existem disciplinas obrigatórias que abordam este tema, nem o Sistema Único de Saúde (SUS) nos cursos de licenciatura e de bacharelado. Quatro disciplinas, todas de livre escolha, trabalham questões coletivas da saúde, ainda que de modo geral. Com o passar do tempo, percebe-se que a demanda profissional se alterou, sendo importante a implantação de disciplinas que ampliem o campo de atuação para além de academias de ginástica e centros desportivos, como, por exemplo, para intervir em equipes multidisciplinares no SUS.

Palavras-chave: Educação Física. Formação inicial. Currículo. Saúde Coletiva. EEFD/UFRJ.

THE "HEALTH" APPROACH IN PHYSICAL EDUCATION COURSES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

Physical education is a field of knowledge that offers professional performance that can meet the social demands of health. However, the way in which curriculum operate on these issues can vary from a biomedical approach to one related to the field of public health. The aim of this study was to analyze how Health is addressed in the curriculum of physical education courses at the Federal University of Rio de Janeiro, as well as whether the notion of Collective Health is present or not. It was used, for this, the exploratory qualitative methodology with the technique of critical-document analysis of information present in the institution's electronic address. The Pedagogical Political Projects in force are from 2007, and it was found that there are no mandatory subjects that address this theme, nor the Unified Health System (SUS) in undergraduate and bachelor's courses. Four subjects, all electives, work on collective health issues, although the approach is general. Over time, it is noticed that the professional demand has changed, so it is important to implement disciplines that expand the field of action beyond gyms and sports centers, such as, for example, to intervene in multidisciplinary teams in SUS.

Keywords: Physical Education. Initial formation. Curriculum. Public Health. EEFD/UFRJ.

EL ENFOQUE SOBRE "SALUD" EN LOS CURSOS DE EDUCACIÓN FÍSICA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE RIO DE JANEIRO

RESUMEN

La educación física es un campo de conocimiento y actuación profesional que puede responder a las demandas sociales de salud. Sin embargo, la forma en que los planes de estudio operan estos temas puede variar desde un enfoque biomédico hasta uno relacionado con el campo de la Salud Colectiva. El objetivo de este estudio fue analizar cómo se aborda la Salud en los planes de estudio de los cursos de educación física de la Universidad Federal de Río de Janeiro, así como si la noción de Salud Colectiva está presente o no. Para ello, se utilizó la metodología cualitativa exploratoria con la técnica de análisis crítico-documental de la información presente en la web de la institución. Los Proyectos de Política Pedagógica vigentes son de 2007, y se constató que no hay materias obligatorias que aborden este tema, ni el Sistema Único de Salud (SUS) en los cursos de pregrado y licenciatura. Cuatro disciplinas, todas de libre elección, trabajan en temas de salud colectiva, aunque de forma general. Con el tiempo, es evidente que la demanda profesional ha cambiado, y es importante implementar disciplinas que amplíen el campo de acción más allá de los gimnasios y centros deportivos, como por ejemplo, intervenir en equipos multidisciplinarios en el SUS.

Palabras clave: Educación Física. Formación inicial. Currículum. Salud Pública. EEFD/UFRJ.

INTRODUÇÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para os cursos de Educação Física, publicadas através da Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), a educação física é um campo do conhecimento e de atuação profissional que, por meio da motricidade humana, procura atender às demandas sociais da saúde, da educação e da formação humana, da cultura, do lazer e do alto rendimento.

Este documento também dispõe dos requisitos básicos para a formação, seja na licenciatura ou no bacharelado, aos quais, em um primeiro momento, devem apresentar uma etapa comum que contemple disciplinas sobre os conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano. Como carga horária referencial, os cursos devem ter, pelo menos, 3.200 (três mil e duzentas) horas, sendo 1.600 (mil e seiscentas) na etapa comum, geralmente em quatro períodos e, as outras 1.600 horas específicas, destinadas à formação da licenciatura, com ênfase nos espaços escolares, ou do bacharelado, em ambientes não escolares.

Pensando em cursos que fornecem as competências de “formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora” (BRASIL, 2018, p.4/6) para seus graduandos, de ambas as habilitações, chama-se atenção para as disciplinas e seus respectivos conteúdos relacionados à temática saúde. Ainda que, historicamente, seja predominante o discurso médico-higienista da atividade física e seus efeitos na saúde (DESSBESELL; CABALLERO, 2016; PALMA, 2020; OLIVEIRA; GOMES, 2020), as DCN’s de 2018, trazem algumas disposições relacionadas à atuação do profissional de educação física na Saúde Coletiva, embora implantadas sem um debate aprofundado (PALMA, 2020).

Dentre os eixos articulares propostos para os cursos de bacharelado, está a saúde, que deve ser trabalhada nos seguintes aspectos:

I - saúde: políticas e programas de saúde; atenção básica, secundária e terciária em saúde, saúde coletiva, Sistema Único de Saúde, dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica da saúde; integração ensino, serviço e comunidade; gestão em saúde; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na saúde (BRASIL, 2018, p.6).

Destaca-se esse trecho, específico dos cursos de bacharelado, embora se reconheça a importância e necessidade deste tema dentro dos currículos de licenciatura. A habilitação em licenciatura, além desta falha, sofre também de impasses em diversos documentos sobre sua atuação na atenção primária à saúde (PALMA, 2020).

Percebe-se, desse modo, que pelo menos na perspectiva teórica, houve uma preocupação na ampliação das possibilidades de trabalho do profissional de educação física nos espaços não escolares, sobretudo nas ações direcionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), à gestão e à atuação na atenção primária, secundária e terciária. Diante disso, é preciso observar como as universidades estão se apropriando destas atribuições e as aplicando em seus currículos, garantindo discussões, reflexões e práticas que legitimem o papel da educação física dentro da Saúde Coletiva.

No cenário da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD/UFRJ), pensando no início de vigência dos currículos que atualmente são aplicados aos cursos de licenciatura e bacharelado, ambos implementados em 2007, questiona-se se estes contemplam, ou não, disciplinas que abordam a atuação dos profissionais de educação física no campo da Saúde Coletiva.

Diante do exposto, o objetivo do estudo é analisar de que modo a Saúde é abordada nos currículos dos cursos de educação física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como se a noção de Saúde Coletiva se faz ou não presente.

MÉTODO

A pesquisa se caracteriza como qualitativa exploratória (PIOVESAN; TAMPORINI, 1995), na qual foi realizada uma análise crítico-documental da grade curricular dos cursos de licenciatura e bacharelado em educação física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para tanto, foram investigados os anos de vigência dos atuais currículos, assim como os planos de disciplinas que os compõem, tanto as obrigatórias, quanto as de livre escolha (eletivas), dos dois cursos, licenciatura e bacharelado, uma vez que se entende a importância deste documento para a sistematização dos conteúdos que são ensinados.

Para ter acesso aos nomes das disciplinas, seus respectivos períodos, suas ementas, conteúdos programáticos, referências bibliográficas e para identificar se eram obrigatórias ou eletivas, foram adotados os seguintes procedimentos: acesso ao sítio eletrônico da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo endereço www.eefd.ufrj.br/, acesso em “graduação”, em seguida, “licenciatura ou bacharelado” em Educação Física, depois, em “ementas” e aplicação nas disciplinas, “eletivas ou obrigatórias”.

Quadro 1 – Passo a passo para acesso às disciplinas e suas ementas no sítio eletrônico da EEFD/UFRJ.

Graduação > Licenciatura/Graduação (bacharelado) em Educação Física > Ementa> Obrigatórias e Eletivas.
--

Ao se acessar a aba referente à licenciatura, todas as ementas das disciplinas, obrigatórias e eletivas, estavam disponíveis para o público. Já no bacharelado, apesar de estar disponível a opção “currículo novo”, ao exporem as disciplinas obrigatórias, dezesseis não tinham o novo documento referente às informações de ementa, conteúdos e referências

anexadas. Entretanto, as informações referentes às dezesseis disciplinas estavam disponíveis no campo das disciplinas eletivas da licenciatura, tendo em vista os interesses dos alunos da licenciatura com os conteúdos e também a possibilidade de futuro reingresso no curso de bacharelado. Para confirmar se as disciplinas eletivas de licenciatura do sítio eram as mesmas obrigatórias do curso de bacharelado, foram comparados os códigos, o que possibilitou deferi-las.

Para acesso às disciplinas eletivas do bacharelado, o documento foi encontrado na aba “plano de curso”, sendo o primeiro tópico disponível do lado esquerdo da tela. As disciplinas disponibilizadas estavam com data de atualização do dia 16/08/2016. Apesar de achar que existem outras disciplinas, criadas posteriormente a esta data, analisou-se as que estavam disponíveis. Novamente, encontrou-se uma dificuldade na organização e atualização do sítio, em que nenhuma ementa das disciplinas eletivas do bacharelado estava disponível, o que dificultou a coleta de informações.

Depois de lidos os documentos referentes às ementas das disciplinas, obrigatórias e eletivas, foram estabelecidos o seguinte critério de inclusão para análise no estudo: 1) disciplinas em que os nomes, ementas, conteúdos ou referências básicas e complementares mencionavam o termo “saúde”. Dentre elas, foram excluídas as disciplinas: 1) que faziam menção ao termo saúde de modo descontextualizado, sem ser, de fato, trabalhado enquanto conteúdo programático.

Lidos os documentos referentes às disciplinas, elas foram classificadas de acordo com as orientações epistemológicas dispostas por Oliveira e Gomes (2020), podendo estar no grupo de epidemiologia, ciências naturais e biológica, código 1, e/ou saúde pública/ coletiva, ciências sociais e humanas, código 2, ou, ainda, não ser identificada, código 0. Depois de expostas as disciplinas, elas passaram por uma análise na qual foram selecionadas as que tinham parcialmente ou integralmente os conteúdos de saúde relacionados à Saúde Coletiva.

Para facilitar a exposição do material obtido, foram elaborados quadros semelhantes aos do estudo de Oliveira e Gomes (2020).

RESULTADOS

Uma vez realizada a leitura e análise das ementas das disciplinas ofertadas para os cursos, percebeu-se que, no ciclo básico, embora ministradas por professores e turnos diferentes, os códigos das disciplinas são os mesmos para ambas as habilitações. Isto possibilita,

por exemplo, que um aluno do curso de bacharelado consiga cursar uma disciplina do ciclo básico com as turmas de licenciatura, o que torna possível adaptar a grade curricular com as demais obrigações do estudante.

As disciplinas que, de algum modo, estavam direta ou indiretamente relacionadas à saúde estão dispostas no Quadro 2.

Quadro 2 – Disciplinas relacionadas à saúde nos currículos dos cursos de licenciatura (2007) e bacharelado (2007) da EEFD/UFRJ

Código	Disciplina/Carga Horária	Licenc.	Bachar.	Orientação Epistemológica
EFJ110	História da Educação Física	OB	OB	2
EFN120	Fundamentos da Ginástica	OB	OB	1
EFF240	Fisiologia do Exercício I	OB	OB	1
EFC471	Educação Física Adaptada	OB	OB	1 e 2
FMT351	Socorros Urgentes	OB	OB	1 e 2
EFC003	Fundamentos do Planejamento Desportivo	EL	EL	1 e 2
EFN608	Tópicos Especiais Recreação e Lazer A	EL	EL	1 e 2
EFF471	Atividade Física para grupo de risco	EL	OB	1
EFF470	Fisiologia do Exercício II	EL	OB	1
EFC619	Aplicação Pedagógica da Hidroginástica	EL	OB	1
EFN601	Aplicação Pedagógica da Musculação	EL	OB	1
EFF482	Educação Física e Saúde	EL	EL	1 e 2
EFJ624	Atividade Física, Saúde e Sociedade	EL	EL	1 e 2

Legenda: Licenc.: licenciatura; Bachar.: Bacharelado; OB.: disciplinas obrigatórias dos cursos; EL.: disciplinas eletivas dos cursos. Fonte: Autores, baseados nos Projetos Pedagógicos do Curso de Licenciatura (2007) e bacharelado (2007); códigos: “1” para disciplinas com conteúdo relacionado à epidemiologia, ciências naturais e biológica, e “2” para disciplinas que tratam de saúde pública/ coletiva, ciências sociais e humanas. Adaptado de Oliveira e Gomes (2019).

Depois de analisadas as disciplinas em que foram disponibilizados os documentos com ementas, objetivos, conteúdos e referências, buscou-se levantar aquelas que estavam parcialmente ou totalmente relacionadas à Saúde Coletiva, conforme apresentado no Quadro 3.

Verificou-se, ainda, que o SUS, como tema fundamental na perspectiva da Saúde Coletiva, tem sido pouco abordado, aparecendo nas ementas de somente duas disciplinas e, ainda assim, eletivas, que não têm sido ofertadas em todos os períodos letivos e entre uma série de outros tantos temas a serem abordados (Quadro 3).

Quadro 3 – Disciplinas que se associam, de algum modo, com a Saúde Coletiva.

Disciplina	Referência à Saúde Coletiva
------------	-----------------------------

Fundamentos do planejamento Esportivo (ELETIVA) 30 horas.	<p>Ementa</p> <p>[...] O esporte como fator de promoção da saúde e da qualidade de vida [...].</p> <p>Objetivos</p> <p>[...] Dissertar sobre promoção de saúde e qualidade de vida, segundo a Carta de Ottawa [...].</p>
Educação Física e Saúde (ELETIVA) 45 horas.	<p>Ementa</p> <p>Atividade física no contexto da Política Nacional de Promoção da Saúde; Papel do educador físico na promoção de saúde no Sistema Único de Saúde, Escolas e Empresas (incluindo programas de ginástica laboral); Noções básicas de elaboração de Projetos relacionados à atividade física e saúde.</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer alguns programas nacionais que envolvem a prática de atividade física para promoção de saúde; • Conhecer noções básicas para elaboração de projetos relacionados à atividade física e saúde; • Desenvolver pensamento crítico e científico baseado na relação da área de educação física e saúde. <p>Conteúdo Programático</p> <p>Histórico da atividade física nos programas nacionais relacionados à saúde; Prática corporal/atividade física no contexto da Política Nacional de Promoção da Saúde (monitoramento de indicadores da prática de atividade física por meio de inquéritos populacionais, como o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para DCNT (VIGITEL); Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE); Programas Academia da Cidade entre outros); Educador físico como profissional do Sistema Único de Saúde (legislação e análises críticas); Papel do Educador físico na promoção de saúde no SUS e ambiente escolar; Fundamentos básicos e didático-pedagógicos de Programas de Ginástica Laboral; Elaboração de projetos relacionados à atividade física e promoção de saúde no ambiente escolar, SUS e empresas (foco em ginástica laboral).</p>
Atividade Física, saúde e sociedade (ELETIVA) 30 horas.	<p>Ementa</p> <p>[...] Conceitos de saúde e qualidade de vida; Promoção da Saúde; O Sistema Único de Saúde; Adesão à prática regular de exercícios físicos; Condições socioeconômicas, atividades físicas e saúde; Cultura, atividades físicas e saúde; Violência, atividades físicas e saúde; Trabalho, atividades físicas e saúde [...].</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e reconhecer as especificidades socioeconômicas, históricas e culturais que fundamentam as relações que envolvem a prática de atividades físicas, a saúde e a sociedade. • Identificar a organização social e compreender sua influência sobre a prática de atividades físicas e a saúde. • Contextualizar as alterações biológicas, características de determinadas doenças ou agravos à saúde, à luz das especificidades socioeconômicas, históricas e culturais da sociedade. <p>Conteúdo programático</p> <p>3. Saúde e Promoção da Saúde 3.1. Conceitos de saúde e qualidade de vida 3.2. Promoção da Saúde 4. O Sistema Único de Saúde 5. Prática regular de exercícios físicos 5.1. Adesão à prática regular de exercícios físicos 5.2. Condições socioeconômicas, atividades físicas e saúde 5.3. Cultura, atividades físicas e saúde 5.4. Violência, atividades físicas e saúde 5.5. Trabalho, atividades físicas e saúde.</p>
	<p>Ementa</p> <p>Levantamento e debate de artigos e projetos acadêmicos, da legislação educacional e dos relatos de experiência sobre o tema transversal saúde desenvolvidos pela disciplina Educação Física na escola. Planejamento e produção de materiais didáticos para trabalhar com o tema transversal saúde no ensino fundamental e médio.</p> <p>Objetivos</p>

Tópicos Especiais de Recreação/ Lazer A (ELETIVA) 30 horas	Refletir sobre a transversalidade do tema saúde e das suas diversas formas de aplicação na escola brasileira em especial sobre o papel da disciplina curricular Educação Física. Refletir e debater o tema transversal saúde na educação, na escola e na educação física; Analisar e produzir projetos sobre o tema aplicado a escola; Produzir materiais didáticos para trabalhar com a saúde no ensino fundamental e médio e para utilização na Prática de Ensino.
---	--

Fonte: Autores, 2021, baseado nas ementas das disciplinas.

Para além do conteúdo das disciplinas e se estão ou não associadas à Saúde Coletiva, a frequência com que elas são ofertadas também deve ser refletida, uma vez que todas são eletivas e sendo assim, dependendo da periodicidade que são abertas turmas, alguns alunos podem, ou não, cursá-las. Estes dados, desde que elas foram criadas, estão disponíveis no Quadro 4.

Quadro 4 – Oferta das disciplinas, por períodos letivos.

DISCIPLINA	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1*
Fundamentos do Planejamento Desportivo	X	X	X	X	X	X	X
Atividade Física, Saúde e Sociedade		X		X	X		
Educação Física e Saúde					X	X	X
Tópicos Especiais de Recreação/Lazer A	Sem acesso à oferta por período. Por se tratar de “tópicos”, antes de abordar a saúde, a disciplina estava direcionada ao envelhecimento.						

* 2020/1 se refere ao Período Letivo Excepcional (PLE), realizado em razão da pandemia da Covid-19, em que as disciplinas foram ofertadas, prioritariamente, para os alunos concluintes dos cursos. Fonte: Autores, 2020.

DISCUSSÃO

O estudo mostrou que os cursos de bacharelado e licenciatura não apresentam nenhuma disciplina obrigatória relacionada à Saúde Coletiva, enquanto que entre as disciplinas de livre escolha, quatro apresentaram conteúdos referentes a esta temática em suas ementas. Apesar disso, deve-se considerar que são disciplinas que não trabalham exclusivamente com esses conteúdos, sendo eles parte do programa. Destaca-se, ainda, que apenas duas disciplinas apresentam, em seus conteúdos programáticos, o Sistema Único de Saúde (SUS).

Isto quer dizer que nem todos os alunos têm os conteúdos relacionados à promoção da saúde, à Saúde Coletiva e ao SUS durante a graduação, o que pode comprometer e limitar seus conhecimentos para a futura atuação profissional. Outras questões devem ser refletidas, tais como o turno em que as disciplinas são ofertadas, para que ambos os cursos possam ter acesso, além da oferta por período propriamente dita, pois, conforme observado, algumas não são ministradas semestralmente.

É importante observar que a primeira disciplina eletiva que aborda algo sobre Saúde Coletiva começou a ser oferta no ano de 2017, logo, alunos que concluíram os cursos até o ano

de 2016, provavelmente, não tiveram nenhuma aula ou contato com discussões durante a graduação. Ao que parece, os cursos ainda não se adequaram à Resolução do Conselho Nacional de Saúde, n. 569 de 8 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017), o que pode comprometer a formação dos graduandos. A referida Resolução, em seu artigo terceiro, aprova pressupostos, princípios e diretrizes comuns para as graduações na área da saúde a partir de doze incisos: i) Defesa da vida e defesa do SUS como preceitos orientadores do perfil dos egressos da área da saúde; ii) Atendimento às necessidades sociais em saúde; iii) Integração ensino-serviço-gestão-comunidade; iv) Integralidade e Redes de Atenção à Saúde; v) Trabalho interprofissional; vi) Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e componentes curriculares coerentes com as necessidades sociais em saúde; vii) Utilização de metodologias de ensino que promovam a aprendizagem colaborativa e significativa; viii) Valorização da docência na graduação, do profissional da rede de serviços e do protagonismo estudantil; ix) Educação e comunicação em saúde; x) Avaliação com caráter processual e formativo; xi) Pesquisas e tecnologias diversificadas em saúde; e xii) Formação presencial e carga horária mínima para cursos de graduação da área da saúde.

Por outro lado, analisando as DCNs para os cursos de educação física (BRASIL, 2018), os próprios avanços nas políticas sociais envolvendo a Saúde Coletiva – sobretudo no que diz respeito à atuação do profissional de educação física na atenção primária à saúde – e os currículos investigados, observa-se que não há um alinhamento entre o que é proposto e o que é ofertado na instituição. Cabe destacar, contudo, que as próprias DCNs têm sofrido críticas, uma vez que destina pouca atenção à Saúde Coletiva e ao SUS, sobretudo para as licenciaturas (PALMA, 2020).

O tema “saúde” sempre foi muito abordado na educação física, desde a gênese da área. Entretanto, nos currículos, ainda são priorizados os conteúdos biomédicos (OLIVEIRA; GOMES, 2019) e isso pode causar uma insuficiência na formação para a atuação em demais ramos da saúde, como a coletiva e a pública. Dentro deste panorama, é possível resgatar um importante questionamento já apontado por Bagrichevsky (2007, p. 34): “nossa (da educação física) formação educacional contemporânea enseja perspectivas (críticas) para intervenção em saúde coletiva?”.

Isto significa que a matriz epistemológica contida nos conteúdos da maioria das disciplinas investigadas diz respeito às ciências biomédicas (PALMA, 2020; OLIVERIA; GOMES; 2020; BAGRICHEVSKY, 2007). Tal perspectiva implica em uma redução da compreensão do processo saúde-doença, entendendo-o a partir de três características essenciais:

i) a saúde é compreendida como ausência de doenças; ii) o processo é explicado por uma relação linear de causa e efeito; e iii) as causas são estritamente ou prioritariamente de origem biológicas (PALMA, 2020; PALMA, 2017).

Nestas disciplinas, sobretudo na “Atividade Física, Saúde e Sociedade” e em “Educação Física e Saúde”, os temas referentes à Saúde Coletiva mais prevalentes são a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS); programas nacionais relacionados à promoção da saúde; pesquisas epidemiológicas nacionais de saúde: VIGITEL e PeNSE; programa de academia na cidade; educação física em interface ao SUS e à educação para a saúde; conceito de saúde e qualidade de vida; condições socioeconômicas, históricas e culturais existentes nas práticas corporais e; violência, trabalho e atividade física. Embora sejam temáticas necessárias, precisam ser mais aprofundadas, especialmente com cargas horárias e conteúdos que deem conta das relações existentes entre a educação física, a saúde e saúde coletiva. Deste modo, abordagens históricas, conceituais e legislativas, bem como a reflexão das possibilidades, desafios e lutas enfrentadas para legitimação da Educação Física na Saúde Coletiva também são fundamentais nos cursos de graduação.

Em uma visão mais ampliada, é possível verificar inúmeras contradições sociais relacionadas, por exemplo, ao acesso aos padrões de vida, renda, serviços de saúde, nível educacional, trabalho, condições de moradia, saneamento básico, entre tantos outros aspectos, que podem contribuir, sobremaneira, à situação de saúde da população e a adesão às atividades físicas (PALMA, 2020; PALMA, 2017; CECCIM; FERLA, 2008).

Ceccim e Ferla (2008), dentro desta perspectiva, defendem que os projetos pedagógicos necessitariam atentar às diferentes instâncias de produção da vida. Para os autores, trabalhar, investigar ou se envolver com a saúde, especialmente com e no Sistema Único de Saúde, deveria pressupor, antes de tudo, não apenas o conhecimento específico de cada disciplina e suas conjecturas biomédicas, mas permitir a reflexão das relações humanas e sociais, da compreensão do contexto socioeconômico e cultural, bem como, assumir um processo de escuta do outro.

O que se verifica, portanto, é que este saber, pautado na Saúde Coletiva/ Ciências Sociais e Humanas, parece alijado do currículo dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física da UFRJ. A perspectiva teórica dos referidos cursos, não parece haver dúvidas, está inclinada à concepção biomédica.

Nossos achados são semelhantes aos resultados do estudo de Anjos e Duarte (2009), que não encontrou nenhuma disciplina de Saúde Coletiva e Saúde Pública nos currículos dos cursos

de bacharelado e licenciatura em educação física de quatro universidades públicas de São Paulo. Além disto, os autores destacam a predominância de disciplinas de saúde com conteúdos biológicos.

O trabalho de Pasquim (2010) analisou as perspectivas de professores de educação física da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) no que tange ao tema saúde na formação dos graduandos. Foi observado que a Saúde Coletiva era um conteúdo pouco trabalhado por eles, o que se traduzia em disciplinas isoladas, com cargas horárias reduzidas e com dificuldade de interação com a prática profissional. Assim, em ambas as universidades as disciplinas não eram organizadas o suficiente para produzir quaisquer superações curriculares que permitam o desenvolvimento da Saúde Coletiva.

Oliveira e Gomes (2019), através da análise dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e de entrevistas semiestruturadas com os professores participantes da construção destes -- assim como de seus currículos, produção científica e projetos de pesquisa --, perceberam que há um enfoque estritamente biológico nos cursos, tais quais sofrem influência direta da agência do professor, das políticas curriculares e dos programas de pós-graduação. Sendo assim, eles reforçam a necessidade de outras bases epistemológicas para direcionarem os cursos e suas disciplinas, sobretudo as que comungam com a Saúde Coletiva e às Ciências Humanas e Sociais.

Gaya (2017) acredita haver uma influência dos cursos de pós-graduação nos de graduação, logo, se as linhas de pesquisa são majoritariamente biológicas, provavelmente, esse traço estará presente nas disciplinas de graduação. Buscando fazer essa associação nos cursos da EEFD/UFRJ, no sítio também há informações sobre os cursos de “pós-graduação”, tanto em nível de especialização (“*lato sensu*”), quanto em mestrado e doutorado (“*stricto sensu*”). Desse modo, observou-se que, dos dez cursos de especialização ofertados, dois estão vinculados às áreas pedagógicas e socioculturais (Pedagogia Crítica da Educação Física e Educação Física Escolar na Perspectiva Inclusiva). Ademais estão os cursos direcionados aos esportes, à biomecânica, à fisiologia do exercício, à musculação e às neurociências.

No *stricto sensu*, a área de concentração da escola é o estudo da motricidade humana (estudo das atividades físicas relacionadas à saúde, comportamento motor, desempenho físico e uso dos corpos). As linhas de pesquisa são: atividade física e saúde; rendimento físico-esportivo; comportamento motor e práticas corporais, esporte e lazer. Sendo assim, também se percebe a predominância de linhas direcionadas à saúde em uma vertente biomédica.

Para Manoel e Carvalho (2011), os currículos de formação em Educação Física têm uma grande atração para a biodinâmica e isso significa deixar à margem os conhecimentos socioculturais e pedagógicos, essenciais para o planejamento de aulas e intervenção por meio das práticas corporais. São comuns, então, currículos embasados nas fisiologias, estatísticas, biomecânicas, bioquímicas e, ao mesmo tempo, carentes de conteúdos e debates pedagógicos, políticos, sociológicos e filosóficos.

Neves et al. (2015), ao elaborarem uma revisão sistemática que incluiu 60 trabalhos publicados, envolvendo livros, dissertações, teses e artigos científicos sobre a temática da Educação Física na Saúde Pública entre os anos 2000-2012, perceberam um quantitativo significativo de trabalhos que faz críticas à hegemonia biofisiológica, dominante ao tratar o tema da saúde nos cursos de educação física. Os autores também analisaram diversos trabalhos que debatem a necessidade do professor de educação física ter em sua formação conteúdos e experiências relacionadas às políticas de saúde e atuação no SUS, o que em muitas regiões e universidades se mostra insuficiente.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi idealizado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no processo de redemocratização do país, e seus fundamentos se pautam através dos princípios da universalidade, equidade e integralidade, (BRASIL, 1990). Desde então, programas como a Estratégia Saúde da Família (ESF) foram criados. A ESF é um conjunto de políticas cuja função é a consolidação, qualificação e expansão da Atenção Primária à Saúde (APS), sendo que nela, a ESF se dá a partir da implementação de equipes multiprofissionais das quais fazem parte médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e auxiliares de enfermagem. Visando auxiliar esta estratégia na rede de serviços e aumentar não só a cobertura, como também o escopo das ações das equipes, foi criado o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), através da Portaria número 154, de 24 de janeiro de 2008. Desde então, outros profissionais foram reconhecidos formalmente na APS, entre estes, os de Educação Física.

Guarda et al. (2014) advogam que existe uma incoerência entre a formação acadêmica e as demandas do mercado de trabalho em todas as profissões da saúde, especialmente na Educação Física. Tal descompasso se traduz através da “fragmentação do conhecimento, priorização do caráter biológico e reprodução de práticas prescritivas focadas na doença, protocolos e procedimentos (p. 70)”. É posto, ainda, que a atuação do profissional de educação física no SUS exige o domínio de conteúdos teóricos, técnicas e vivências no campo da Saúde Coletiva, bem como a integração das instituições formadoras com os serviços de saúde,

especialmente por meio de canais permanentes de retroalimentação e discussão de problemas, avanços e necessidades.

Florindo et al. (2014) advogam que a formação apropriada na educação física para o enfrentamento dos desafios da Saúde Pública, no Brasil, parece ter um longo caminho a ser efetivado. Os autores pontuam, ainda, que “houve melhora nos últimos dez anos, em comparação com as décadas anteriores (p. 103)” e a atribuem a grande massa crítica de graduados em educação física que voltaram seus estudos de pós-graduação para as áreas de Saúde Pública e Atividade Física e Saúde. De acordo com os autores, essas pesquisas estariam contribuindo sobremaneira com a formação e o aprimoramento voltados para a área da Saúde Pública na Educação Física (FLORINDO et al., 2014).

Mendes (2020) destacou a importância do estudo do SUS nos cursos de Educação Física, com objetivo de promover debates relacionados à saúde de forma ampla e contextualizada. Além disto, o autor advoga que a formação acadêmica do profissional de Educação Física deve ser convergente com os princípios do SUS, considerando necessária uma mudança no perfil curricular do professor de educação física, que é predominantemente biológico.

Contudo, com o crescimento político-econômico e das práticas neoliberais no Brasil, o SUS vem sendo constantemente ameaçado e enfraquecido com a ideologia de privatização da saúde. Assim, a saúde vem sendo entendida cada vez mais como responsabilidade do indivíduo e não como um direito do cidadão (HARVEY, 2014). Além disso, na análise dos currículos da educação física, pode-se perceber uma forte influência da ideologia neoliberal, na qual o profissional se torna um empreendedor de si mesmo (OLIVEIRA; GOMES, 2020; PALMA, 2020).

A perspectiva biomédica hegemônica, portanto, alinha-se à governança neoliberal da saúde. Tal concepção está baseada no entendimento de que caberia ao próprio sujeito buscar o autocuidado para evitar adoecer, assumindo a responsabilidade de se prevenir através da adoção de boas práticas comportamentais. Ademais, estariam disponíveis inúmeras opções e o indivíduo teria a liberdade para escolher aquelas que melhor lhe conviesse (PULLEN et al., 2018). A liberdade de escolha proclamada pelo liberalismo (ou neoliberalismo) é, na verdade, uma pseudoliberalidade, uma vez que as opções não estão disponíveis para todos e são reguladas pelo mercado, o que as condiciona ao consumo/ lucro.

Por outro lado, é preciso compreender que, como destacou Almeida-Filho (2013), o regime hegemônico na universidade brasileira tende a reproduzir o modelo de abordagens individualistas e privadas em relação ao cuidado em saúde. Além disto, os currículos são

planejados para uma formação exclusiva, disciplinar, especializada, alienando os trabalhadores em formação e privando-os da possibilidade da interação transdisciplinar. Almeida Filho (2013) ressalta ainda que atualmente quase não há espaço para estudos com perspectivas mais generalistas, que possam promover uma visão humanista mais ampla do processo saúde-doença e dos cuidados em saúde, no entendimento da Determinação Social da Saúde. Para o autor, os conceitos de Promoção da Saúde e Atenção Primária à Saúde requerem modelos de formação profissional que perpassem pela densidade científica, objetividade prática, respeito às subjetividades, responsabilidade social e capacidade crítica. Em contrapartida, o que tem se verificado na formação dos profissionais de saúde é um modelo de prática hospitalocêntrica, especializada, de viés privatizante, incapazes de atender às demandas sociais e de pouco comprometimento com o SUS.

Almeida Filho (2013, p. 1682), complementarmente, também destaca que “em particular, o modelo de educação em saúde ainda predominante entre nós, na melhor das hipóteses, treina técnicos competentes, porém pouco comprometidos com as políticas públicas de saúde” e advoga que os egressos dos cursos universitários em saúde carecem de uma visão crítica de saúde e de sociedade, além de estarem distanciados dos valores da promoção da saúde e se mostrarem, em consequência da própria formação, resistentes às mudanças em direção a outros marcos teóricos mais críticos e abrangentes. E, portanto, os trabalhadores assim formados se distanciam da ideia da Saúde Coletiva e do SUS. O autor, então, questiona: “está a Universidade brasileira preparada para a conjuntura contemporânea, para os desafios da revolução tecnológica e para as demandas sociais da saúde no Brasil?” (p. 1682).

Diante dos achados do presente estudo, percebe-se que os profissionais de Educação Física formados na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sejam licenciados ou bacharéis, parecem, similarmente, não estar sendo preparados para atuar nas diferentes possibilidades da Saúde Coletiva, inclusive e especialmente no SUS. Sendo assim, há um prejuízo múltiplo, tanto para os profissionais, que estão limitados aos ramos escolares, esportivos e/ou fitness, quanto para a própria sociedade, que carece de especialistas em práticas corporais direcionadas às demandas da população.

Além disto, apenas ter disciplinas sobre Saúde Coletiva nos currículos não é suficiente, sendo necessário abordar sobre o funcionamento dos serviços públicos, políticas públicas, gestão em saúde e que essas reflexões também estejam integradas nas práticas, por exemplo, de estágios supervisionados, ações de extensão e atividades complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade analisar de que modo a Saúde é abordada nos currículos dos cursos de educação física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como a ênfase que é dada para o Campo da Saúde Coletiva. Desse modo, percebe-se o domínio da perspectiva biológica de saúde presente nas disciplinas, ao passo que nenhuma obrigatória se destina à atuação na atenção primária à saúde.

Apenas quatro disciplinas, todas eletivas, abordam conteúdos sobre a Saúde Coletiva. Apesar disto, englobam parte do conteúdo programático, o que reduz a carga horária destinada à abordagem do tema. Três disciplinas possuem 30 horas totais, não exclusivas às questões sociais da saúde e uma, de 45 horas, também não os contempla exclusivamente. Os demais conteúdos presentes nestas disciplinas são, essencialmente, biomédicos.

O estudo possui algumas limitações, tais como a dificuldade de acesso às informações sobre as disciplinas disponíveis no sítio eletrônico da EEFD/UFRJ, sobretudo para o curso de bacharelado, assim como algumas informações complementares que não foram possíveis de serem coletadas em virtude do distanciamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus. Portanto, análises futuras, com observações e entrevistas podem ser importantes meios para obtenção de maiores informações.

Ainda, é notória – e urgente - a necessidade de reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos da EEFD/UFRJ, uma vez que as últimas alterações, para ambos os cursos, foram realizadas no ano de 2007. Já se passaram 14 anos, e, por conseguinte, o perfil dos profissionais também se alterou, sendo importante a implantação de disciplinas que ampliem o campo de atuação para além de academias de ginástica e centros desportivos, como, por exemplo, para intervir em equipes multidisciplinares no Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, N. M. Contextos, impasses e desafios na formação de trabalhadores em Saúde Coletiva no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1677 - 1682, jun. 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n6/19.pdf> >. Acesso em: 01 mar. 2021.

ANJOS, T.; DUARTE, A. A educação Física e a Estratégia de saúde da família: formação e atuação profissional. **Physis Revista de Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1127 - 1144, ago. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v19n4/v19n4a12.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.

BAGRICHEVSKY, M. A formação profissional em educação física enseja perspectivas (críticas) para atuação na saúde coletiva? In: FRAGA, A.B.; WACHS, F. (Org.). **Educação**

Física e Saúde Coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 33-45.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federal do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990:** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, Brasília, DF, set 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 154, de 24 de janeiro de 2008.** Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF. Brasília: MS, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília: MS, 2011.

BRASIL. **Resolução n. 569, de 8 de dezembro de 2017.** Competências e habilidades necessárias para a formação dos profissionais de saúde. Brasília, DF, dez.2017. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. **Resolução n. 6, de 18 de dez. de 2018.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências, Brasília, DF, dez 2018.

CECCIM, R. B.; FERLA, A.A. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 443-56, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v6n3/03.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. **Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Disponível em: <<https://www.eefd.ufrj.br/>>. Acesso em: 05 set. 2020.

GAYA, A.C.A. A pós-graduação e a formação de professores em educação física no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 31, n. esp., p. 71-75, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/135249>>. Acesso em: 03 out. 2020.

FLORINDO, A. A. Formação do bacharel em educação física frente à situação de saúde no Brasil. In: BENEDETTI, Tânia R. Bertoldo et al. (orgs.). **A formação do profissional de educação física para o setor saúde.** Florianópolis: Postmix, 2014.

GUARDA, F. R. B.; SILVA, R. N.; ARAÚJO JUNIOR, J. L. A. C.; FREITAS, M. I. F.; SANTOS-NETO, P. M. Intervenção do profissional de educação física: formação, perfil e competências para atuar no Programa Academia da Saúde. **Revista Pan-Amazônica de Sade**, Ananindeua, v. 5, n. 4, p. 63-74, dez. 2014. Disponível em: <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v5n4/v5n4a08.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.

MANOEL, E.J.; CARVALHO, Y.M. Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 389-406, mai./ago. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a12.pdf>>. Acesso em 15 out. 2020.

MENDES, M. I. B de S. Mudanças de horizonte no GTT Atividade Física e Saúde: reflexões sobre o Sistema Único de Saúde. In: WACHS, F. LARA, L. ATHAYDE, P. **Ciências do Esporte, Educação Física e produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE. Atividade Física e saúde**. Natal: EdUFRN, v. 11, p. 101-116, 2020.

NEVES, R. L. R.; ANTUNES, P. C.; BAPTISTA, T. J. R.; ASSUMPCÃO, L. O. T. Educação Física na saúde pública: Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 2, n. 23, p. 163-177, 2015. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5197/3878>>. Acesso em: 04 out. 2020.

OLIVEIRA, V. J. M; GOMES, I. M. O tema da saúde na formação inicial em educação física em uma universidade pública: reflexividade, agência e estrutura. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 25, e25077, p. 1-14, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/87359/55006>>. Acesso em: 28 set. 2020.

OLIVEIRA, V. J. M.; GOMES, I. M. Os desafios da formação profissional em educação física para a área da saúde: uma interpretação a partir de periódicos da área. **Proposições**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072019000100530>. Acesso em: 29 out. 2020.

OLIVEIRA, V.J.M.; GOMES, I.M. A saúde nos currículos de educação física em uma universidade pública. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300507&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2020.

PULLEN, E.; MALCOLM, D. Assessing the side effects of the ‘exercise pill’: the paradox of physical activity health promotion. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, Abingdon, v. 10, n. 4, p. 493-504, oct. 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/2159676X.2017.1388833>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

PALMA, A. **Como as AFES podem ser articuladas a uma abordagem multidimensional alinhada com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável?** Movimento é Vida! Atividades Físicas e Esportivas para todas as pessoas. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano no Brasil. Background Papers. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em: <<http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/10/Atividades-F%C3%ADsicas-e-Esportivas-e-a-Agenda-2030.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

PALMA, A. Tensões e possibilidades nas interações entre educação física, saúde e sociedade. In: WACHS, F.; LARA, L.; ATHAYDE, P. **Ciências do Esporte, Educação Física e**

Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE. Atividade Física e saúde. Natal: Edufrn, v. 11, p. 15-27, 2020.

PASQUIM, H. M. A saúde coletiva nos cursos de graduação em Educação Física. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 193-200, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/16.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2020.

PIOVESAN, A.; TEMPORINE, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2020.